Apontamentos de investigações sobre Educação e Desenvolvimento Regional na Amazônia Tocantina: Fundamento para existência de várias amazônias*

Research notes on Education and Regional Development in the Tocantina Amazon: Basis for the existence of several amazonias

DOI: 10.46814/lajdv3n1-008

Recebimento dos originais: 30/10/2020

Aceitação para publicação: 23/12/2020

Francivaldo Alves Nunes

Doutor em História Social na UFF

Professor Associado na UFPA/Campus de Ananindeua

Cidade Nova IV, WE-26, nº 02, Coqueiro, CEP: 67.000-000, Ananindeua-Pará

E-mail: francivaldonunes@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo se constitui em um balanço dos estudos propostos por alunos que frequentaram o curso de especialização em “Educação e Desenvolvimento Regional” (2011), desenvolvido na Universidade Federal do Pará, discutindo as metodologias e referenciais teóricos que embasam as pesquisas examinadas. No caso dos debates teóricos e metodológico optamos por analisar a percepção de Amazônia enquanto espaço historicamente diversificado, tanto do ponto de vista econômico, social e político, quanto do ponto de vista natural. Para isso, apresentamos uma discussão que perpassou as temáticas de investigação e que fundamentou as pesquisas, materializadas nos trabalhos monográfico aqui analisados.

Palavras-chave: desenvolvimento regional, investigação, Amazônias.

ABSTRACT

This article is a balance of the studies proposed by students who attended the specialization course in “Education and Regional Development” (2011), developed at the Federal University of Pará, discussing the methodologies and theoretical frameworks that support the examined research. In the case of theoretical and methodological debates, we chose to analyze the perception of the Amazon as a historically diversified space, both from an economic, social and political point of view, as well as from a natural point of view. For this, we present a discussion that permeated the research themes and which grounded the research, materialized in the monographic works analyzed here.

Keyword: regional development, research, Amazonia.

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia, como entidade unificadora, só pode existir como uma amálgama de regiões. Dessa forma pode-se afirmar que existem várias amazônias as quais conformam uma grande

* Texto inicialmente apresentado na coletânea “Educação e Desenvolvimento Regional: Desafios e perspectivas” (2011). Aqui apresentamos uma versão revisada e ampliada.

região, onde cada uma tem uma distribuição regional diferente (GUTIÉRREZ, ACOSTA & SALAZAR, 2004, p. 21).

Ariel Cardona Salazar, em estudo sobre os perfis urbanos na Amazônia, levando em consideração a concepção de desenvolvimento sustentável, é bem significativa para o que propomos tratar nesta comunicação. No caso, trata-se de estabelecer um diálogo entre as propostas de investigação apresentadas pelos discentes de especialização em Educação e Desenvolvimento Regional do Campus Universitário do Tocantins/Cametá, Universidade Federal do Pará, entre os anos de 2010 e 2011, com a concepção de Amazônia enquanto região formada por uma diversidade de espaços que perpassam por aspectos diferentes quanto à vegetação, às atividades econômicas, à hidrografia e aos critérios legais administrativos. A intenção é demonstrar que esta perspectiva de se pensar a região amazônica auxiliou na fundamentação teórica e metodológica das investigações desenvolvidas sobre a Amazônia Tocantina, no caso, região formada pelos aglomerados urbanos de Cametá, Abaetetuba e Tucuruí, com um hinterland de sete municípios (Baião, Barcarena, IgarapéMiri, Limoeiro do Ajurú, Mocajuba, Mojú e Oeiras do Pará) da mesorregião nordeste do Pará.

Assim, dividimos o texto em dois momentos. Um inicial, que se apoia nos debates teóricos quanto à percepção de Amazônia enquanto espaço historicamente diversificado, tanto do ponto de vista econômico, social e político, quanto do ponto de vista natural. A seguir, optamos por travar uma discussão teórica, analítica e metodológica que perpassa as temáticas de investigação, e que fundamentou as pesquisas, materializadas nos trabalhos monográficos.

2 O SENTIDO DAS VÁRIAS AMAZÔNIAS

Os estudos de Gutiérrez, Acosta e Salazar nos levam a concluir que não existe uma única forma de definir a Amazônia. Embora esta região faça referência à maior selva tropical úmida do planeta, localizada a norte da América do Sul, corresponda à bacia hidrográfica do rio Amazonas e como espaço de baixa densidade demográfica, esses conceitos têm a dificuldade de que não se traduzem facilmente numa cartografia única, pois se referem a espaços diferentes, cujos limites não necessariamente coincidem.

O que estamos dizendo é que, ao pensarmos na região amazônica, logo a memória nos remete ao trecho do espaço físico brasileiro marcado profundamente pelas águas da bacia amazônica e coberto por uma densa e alta floresta, de coloração verde, contínua e heterogeneamente impressionante. Região de alta pluviosidade, de clima quente e úmido, economia predatória, população escassa e baixo padrão de vida. Como nos lembra Arthur César Ferreira Reis (2001, p. 15-16), nem toda a Amazônia é só floresta, nem essa floresta é sempre verde, perene, úmida e frequentada pela pluviosidade mais intensa.

Nem toda a Amazônia é fruto de economia predatória sobre a floresta, nem, tampouco, a sua população está toda dispersa.

Assim, o que existiria são várias amazônias, as quais conformam uma grande região, onde cada uma apresenta características diferentes. Ou seja, a Amazônia deve ser entendida na sua diversidade, pois os critérios de classificação de um espaço amazônico não necessariamente tenham a mesma aplicabilidade para outros espaços. Esta situação para Luiz Aragón (2005, p. 14-15) fica mais evidente quando pensamos o critério de bacia hidrográfica, selva tropical e critérios legais e administrativos.

Para este pesquisador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da UFPA, o critério de bacia hidrográfica é a forma mais simples de definir a Amazônia, compreendendo a área dominada pelo rio Amazonas e todos os seus afluentes. Haveria consenso, entretanto, em afirmar que, por esse critério, não fariam parte da Amazônia o Suriname nem a Guiana Francesa, e, para alguns, tampouco a Guiana, considerando que os rios desses territórios deságuam todos diretamente no oceano Atlântico. Em compensação, outras áreas, como as grandes porções do serrado brasileiro e a parte oriental das altas montanhas dos Andes, seriam consideradas como espaços amazônicos. Caso se estabelecesse como critério para definir a região o domínio da selva tropical úmida com altas temperaturas, as partes altas das montanhas andinas e o cerrado brasileiro não integrariam a região, agregando-se, por outro lado, as Guianas e as maiores áreas da Venezuela, chegando a considerar parte da Orinoquia (região pertencente aos territórios de Colômbia e Venezuela, determinadas pelo rio Orinoco) como espaço de domínio amazônico.

Ainda seguindo as observações Luiz Aragón (2005, p. 15), outra forma de definir a Amazônia seria por critérios legais ou administrativos. No caso brasileiro, por exemplo, a lei 1806 de 1953, que criou a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), delimitou uma área específica para sua atuação, que se manteria até hoje: a chamada Amazônia Legal. Independente dos critérios hidrográficos ou ecológicos, a região amazônica brasileira estaria legalmente constituída, grosso modo, pelos territórios dos atuais estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Amapá, Pará Roraima, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão (a oeste do meridiano 44). Critérios que seriam seguidos pela Venezuela onde, geralmente, se considera Amazônia venezuelana somente o território do Estado do Amazonas, ou no Equador, onde se define Amazônia como a totalidade das seis províncias do Oriente: Sucumbios, Orellana, Pastaza, Morona Santiago e Zamora-Chichipe (ARAGÓN, 2005, p. 15).

Ao se considerar que a Amazônica constitui na contemporaneidade enquanto região caracterizada pela sua diversidade, esta característica também se deve ao processo de formação histórica deste espaço, que também não foi homogêneo. De acordo com Rafael Chambouleyron (2006, p. 3), a dominação portuguesa da Amazônia durante o século XVII significava seguramente uma múltipla ocupação militar, religiosa e econômica. Para este autor o domínio da região, ao longo do

século XVII, não pode ser pensado somente a partir da ação dos militares, missionários e sertanistas. Ao lado das jornadas em busca das drogas e de escravos, das missões dos religiosos e das entradas de tropas militares, outros elementos foram igualmente responsáveis pela ocupação da Amazônia portuguesa. Neste aspecto, destaca-se a existência de uma velha instituição da experiência expansionista portuguesa, que foram as capitânicas privadas, instituídas pelos reis na região durante o século XVII – Tapuitapera e Cametá (pertencentes à família Albuquerque Coelho de Carvalho), Caeté (Álvaro de Sousa), Cabo do Norte (Bento Maciel Parente) e Ilha Grande de Joanes (Antônio de Sousa de Macedo). Para este autor, mesmo se muitos dos donatários não conseguiram desenvolver suas possessões, como nos casos do Cabo do Norte e de Joanes, a ocupação desses territórios era pensada de uma forma diferente, sujeita a forças diversas das capitânicas reais.

A situação envolvendo Antonio Coelho de Carvalho é bastante exemplar para percebermos as diferentes formas de ocupação da Amazônia. O donatário fundou uma vila – Santa Cruz de Cametá –, e organizou o deslocamento de mais de 300 colonos para se instalar em suas terras, em 1649, iniciando um processo de ocupação que não necessariamente estava associado apenas a uma ocupação militar ou religiosa. Para Rafael Chambouleyron (2006, p. 3), diferentemente da ideia de uma fronteira aberta à caça dos índios e à busca das drogas, a população de Cametá era responsável pela plantação de tabaco. Cita o caso do ouvidor Maurício de Heriarte que, escrevendo nos anos 1660, apontava que Cametá produzia “os melhores tabacos” do Estado. Em 1650, identifica a presença de dois navios que transportavam mais de 15 toneladas de tabaco cametaense para Portugal. Para este autor, a experiência de Cametá revela, a partir das capitânicas privadas, que a fundação de uma vila, a instalação de colonos e a produção agrícola também eram elementos da ocupação da fronteira amazônica seiscentista.

Considerando estas questões, diríamos que a discussão caminha para um debate relativo às análises da diversidade de realidades que formam a Amazônia brasileira, seu movimento desigual e combinado. Trata-se de uma compreensão que integra os princípios agronômicos, ecológicos, socioeconômicos, políticos institucionais e históricos. Assim analisar as dinâmicas deste espaço regional significa remeter ao imperativo de articular as análises regionais às questões mais gerais do movimento da sociedade, da economia da política e da cultura.

Diante desta observação, pode-se afirmar que a Amazônia não comporta reducionismo, nem homogeneização na interpretação desse espaço, a exemplo do caso clássico da heveicultura (cultivo de seringueira), final do século XIX e primeiras décadas do século XX, e, mais recentemente, das pastagens (presença de pastos para alimentação animal) e da pipericultura (cultivo de pimenta-do-reino). Neste mesmo ritmo podemos acompanhar o capítulo mais contemporâneo da sojicultura (cultivo de soja) e do cultivo de eucalipto. Isto explica, pois, a natureza complexa dos ecossistemas amazônicos, como destaca Gilson Costa (1992), em estudo sobre desenvolvimento rural sustentável na

Amazônia, as condições objetivas desse ecossistema contrariam historicamente e continuam colocando problemas quanto a pensar esse espaço de forma homogênea.

Deve-se, portanto, questionar o padrão tecnológico e o uso energético da natureza pela sociedade moderna, como, por exemplo, quando se propõe a modernização da agricultura. Autores como Ademar Romeiro e Salles Filho (1995), ao estudar as dinâmicas da inovação tecnológica, ressaltam que esquemas tecnológicos destroem a biodiversidade e as complexas relações ecológicas associadas aos ecossistemas, onde, por exemplo, em uma região como a Amazônia, chega a ser um desastre uma agricultura que tenta ser homogeneizadora. Governos municipais, regionais e nacional, junto a empresários rurais, não podem deixar de pensar empreendimentos agrícolas ou de outros caracteres econômicos que não se diferenciem da trajetória histórica traçada até então para a Amazônia.

Diríamos, portanto, que, ao pensarmos as investigações associadas ao desenvolvimento sustentável e à educação, proposta dos projetos apresentados para a especialização citada anteriormente, significa pensar as peculiaridades locais que são resultantes das experiências sociais desenvolvidas pelas populações que ocupam esses espaços, assim como pelo significado, que também é específico, atribuído a esta região por essas comunidades. Em outras palavras, pensar propostas de pesquisas para a Amazônia é pensar num espaço diversificado, pois é justamente essa diversidade que configura a região.

3 APONTAMENTOS DE INVESTIGAÇÕES

Considerando-se a observação científica sistemática, pormenorizada e variada, esta foi a metodologia de investigação predominante nas pesquisas de especialização. Sistemática, por ser controlada por hipóteses ou por uma ideia acerca do fenômeno a ser localizado; pormenorizada, pelo uso de instrumentos de investigação, análise e pela concentração em determinadas propriedades de um fenômeno; e variada, por observar o fenômeno sob diferentes condições, sejam elas sociais, políticas, econômicas, educacionais, agrônomicas e ecológicas (KNELLER, 1980).

Nos projetos que perpassaram pela temática de educação e desenvolvimento regional, como o estudo de Jonas do Carmo Pereira Júnior, cuja preocupação era entender o contexto de surgimento do ensino profissionalizante, enquanto ferramenta necessária para atender às demandas do mercado de trabalho em Cametá, ou ainda as preocupações de Mairley Aragão Tenório sobre as práticas educativas, formal e informal, desenvolvidas para o trabalhador do campo, e a proposta de Durval dos Santos Gaia Neto sobre a necessidade de situar a educação na perspectiva de uma escola cidadã, como possibilidades de construção da mudança em busca de uma escola integrada à comunidade e, portanto, autônoma e consciente da diversidade dos povos amazônidas, houve uma preocupação em se trabalhar estas temáticas no contexto das relações sociais, econômicas e ambientais, bem como os desafios que

se colocam para o século XXI. Estes trabalhos se voltam para seguir os caminhos da holologia, que intenta conhecer as partes através do conhecimento do todo e que o todo não é resultante apenas da soma de seus componentes. Ou seja, estas temáticas foram trabalhadas não dissociadas do contexto socioeducacional, nem de uma dimensão muitas vezes esquecida, mas fundamental, que é a política institucional (HURTIENNE, 2000).

Isto significava tentar trabalhar com uma Teoria Geral de Sistemas (TGS), ou seja, se entendo sistema como um conjunto de partes interagentes e interdependentes que, conjuntamente, formam um todo unitário com determinado objetivo e efetuam determinada função (BERTALANFFY, 1975). Neste aspecto, analisa-se o todo, sem cair na situação em que o específico careça necessariamente de significado independente de uma situação contextual, e o geral não tenha propósito objetivo, devendo existir para cada nível de abstração um determinado grau de generalidade.

Essa questão de base conceitual se observa ainda na proposta de estudo de Hilda Paula Miranda Veloso, para quem o trabalho infantil, embora seja um problema a ser superado na Amazônia Tocantina é resultante de um contexto histórico de exploração de crianças e adolescentes, que reflete as mazelas do capitalismo ocidental, principalmente quanto à distribuição de renda e à dignidade do trabalho humano. Tem-se, ainda, a proposta de investigação do uso de recursos tecnológicos no processo de ensino aprendizagem feita por José Maria de Freitas Júnior, que, embora trabalhando com uma realidade específica, a escola municipal de Cametá Maria de Nazaré Peres, não deixa de pontuar esta discussão enquanto política mais ampla e recente que busca implantar a informática educativa nos espaços escolares. Nesse mesmo movimento, agora tratando da educação ambiental, Graciene de Fátima Ribeiro propõe analisar a escola municipal de Carapina, no município de Cametá, na perspectiva do desenvolvimento sustentável da comunidade local. Cito ainda as preocupações de Maria Leonor Barra Progênio, para quem a inclusão digital não se resume a utilização do computador no espaço escolar, mas o significado que este traria para a própria criança e para a comunidade, o que remete ao entendimento das populações locais que se apropriarão desta tecnologia, sem perder a dimensão de que o computador é um componente das novas tecnologias informacionais resultantes do processo de globalização.

Assim o expansionismo deve ser entendido como reverso do reducionismo, pois estes estudos estariam mais interessados nas partes como componentes do todo, do que nas partes por si mesmas, ou seja, acabaram por ver o todo como um sistema composto de partes inter-relacionadas. Em consequência, este enfoque supõe que o todo é um sistema indivisível e que não é meramente a soma das partes, por isso não admite para seu estudo o enfoque reducionista e exige, para tanto, um tratamento multidisciplinar, uma expectativa inclusive presente na proposta de pós-graduação e característica especial desta especialização em Educação e Desenvolvimento Regional.

Por razões metodológicas, lógicas e filosóficas se observou que as análises dos sistemas, como o educacional, a exemplo da proposta de investigação da importância da leitura e escrita na Educação de Jovens e Adultos, defendida por Maria Benedita Tavares Monteiro, e a proposição de estudo do ensino de Ciências, por meio de temas defendida por Martha Lidianne Mendes Gonçalves, ou ainda o sistema urbano, a exemplo do estudo sobre a urbanização das cidades amazônicas, apresentado por Márcia Leilane Gonçalves Duarte, e as preocupações de Wiviany Batista Santos sobre a feira livre do município de Cametá e as modificações no âmbito socioeconômico na cidade, e ainda a proposta de Sherlyane Louzada Pinto, para quem o processo extrativista, enquanto vertente no povoamento e urbanização das cidades amazônicas, não foi tratado como se ele fosse fechado e ideal; ao contrário, mais útil foi a análise desses sistemas em abordagens abertas, com configurações instáveis, de fluxos externos, que se influenciaram reciprocamente, segundo as leis e as dinâmicas dialéticas (MORÁN, 1990).

Nestes trabalhos é necessário se abraçar as dimensões político-institucionais e fazer uma relação destas com os processos históricos que se estabeleceram na região. Isto vai permitir nestas investigações, que as análises sejam redirecionadas de forma a promover a compreensão da sustentabilidade não numa dimensão do imediato, mas como necessidade histórica de assegurar as condições de vida da população, sem abrir mão de valores e sentimentos dessas comunidades rurais ou pobres. Incluem-se nestas investigações, para além do econômico, os fenômenos relativos aos processos culturais e as relações socioambientais que este segmento social vivencia.

Como principais ferramentas de coleta de dados, boa parte das propostas de trabalhos deverão se valer da aplicação de formulários com entrevistas semiestruturadas, observação participante, mapas e fotografias. Cito aqui os estudos de: Ilcéia de Souza Miranda, sobre a colônia de pescadores Z-16; José Antonio Capela da Paixão, sobre as ações da Pastoral da Juventude de Cametá, quanto à educação, trabalho e sua relação com os movimentos sociais da região; Alessandra Cardoso Pantoja, quanto à dimensão da afetividade na construção do conhecimento em espaços escolares; Kelly Leão Oliveira e Marinilva dos Prazeres Araújo, a primeira sobre a leitura e escrita na perspectiva do desenvolvimento educacional na região amazônica tocantina, e a segunda sobre as reflexões sobre o ensino da leitura no espaço escolar, como um dos fatores contribuintes para o desenvolvimento regional. Nestes trabalhos, o método de entrevistas, através de uma história oral, foi defendido, pois, o uso desta técnica permite captar a voz humana viva, pessoal, peculiar, e faz o passado surgir no presente de maneira extraordinariamente imediata, uma vez que as palavras podem ser emitidas de maneira idiossincrática, mas, por isso mesmo, são mais expressivas. Como diria Thompson (1992), elas insuflam vida na História.

Tendo claro que as investigações precisaram captar detalhadamente a matéria, analisá-la minuciosamente, investigar as várias formas de evolução do fenômeno estudado e rastrear sua conexão íntima (MARX, 2002), procurou-se, portanto, apoiar-se em técnicas aplicadas à Ciência da Educação, como a proposta de estudo sobre formação dos professores defendida por Marcos Roberto Tenório Caldas e José Antonio Farias Dias; as Ciências Sociais, como propõe Maria Rosivana Nogueira da Silva, que defende um estudo sobre os aspectos socioculturais na formação dos sujeitos amazônidas; e ainda o conhecimento aplicado da História, como a proposta de estudo sobre as reflexões acerca das relações entre o patrimônio e o processo de evolução histórica do município de Cametá, defendida por Alexandre Mychel Pantoja.

Na tentativa de se aproximar da realidade, deve-se utilizar variadas fontes de evidências em busca de respostas ao problema colocado a estas investigações. Como exemplo de documentos, destacam-se jornais, relatórios, dados de arquivo, mapas, projetos e informações a partir de serviços de órgão públicos e organizações não governamentais, como o caso dos estudos de Ângela Maria Farias da Silva, que deve se valer de documentos produzidos pela Casa Familiar Rural de Cametá para estudar esta instituição. Também se deve estar atento às observações diretas da realidade, contextualizando-a historicamente, e, quando pertinentes, estudos do uso por parte dos agentes pesquisados de artefatos e ferramentas, como o que deve ser executado por José Fernandes Barra, quando analisará os projetos desenvolvidos pelo Programa Demonstrativo na Amazônia (PDA) com pescadores em Cametá, a exemplo de relatórios e outros materiais produzidos a partir da execução desses projetos.

Observou-se que as propostas optaram por trabalhar com a categoria desenvolvimento sustentável, como portador de um novo projeto para a sociedade, onde a sobrevivência dos povos e da natureza estaria garantida no presente e no futuro. Neste caso, o desenvolvimento sustentável traria a promessa de conciliar equidade social, crescimento econômico, mercado e preservação do meio ambiente (SIMONIAN, 2000). Diz respeito aos padrões de uso e sustentabilidade de recursos naturais e à promoção da sociedade, o que remete a problemática da proteção à biodiversidade e critérios no processo de distribuição do excedente produtivo.

Há necessidade de chamarmos a atenção para o fato de que o adjetivo sustentável remete, em muitas situações, à noção de perfeito equilíbrio, que se conserva sem desgaste e se mantém ao longo do tempo. De acordo com Isabel Carvalho (1992), quando a concepção de sustentável é aplicada a desenvolvimento, transfere essas qualidades a um modo de organizar a vida social, criando a expectativa de uma sociedade sustentável, em plena consonância com a natureza, sem conflitos sociais que possam pôr em risco a sua reprodução. Assim, o desenvolvimento sustentável apareceria com uma espécie de boa nova, que pode dar a todos um futuro estável. No entanto, é necessário considerar que nem às relações sociais, nem aos ciclos naturais se podem atribuir tais características, tanto mais

quando se trata de buscar o ponto de encontro entre essas duas dinâmicas e transformá-las numa engrenagem sincrônica.

Se considerarmos que o mundo natural, o trabalho humano e ordem social historicamente constituída formam um conjunto que se determinam mutuamente, configurando sistemas de relações pouco harmoniosos, movidos pela tensão e pelo conflito, sempre aberto a mudanças imprevistas, a ideia de sustentabilidade merece alguns questionamentos, a exemplo de que lugar se enunciou a proposta, os protagonistas, o que deve ser sustentado e os beneficiários desta sustentabilidade. Assim, os trabalhos buscaram trabalhar o conceito de desenvolvimento sustentável enquanto modelo desenvolvimentista baseado na obtenção de uma taxa mínima de crescimento, combinada com a aplicação de estratégias para proteção do meio ambiente e garantias de qualidades sociais básicas (FORNARI, 2001).

Outro campo conceitual que se apresenta em algumas propostas de investigação diz respeito a pescadores, extrativistas e pequenos agricultores. Trata-se de agentes associados a uma produção familiar responsável pelo acesso à terra e aos recursos naturais. Para estes grupos o processo produtivo supõe, no fundamental, a manutenção da natureza enquanto seu objeto de trabalho. Em outras palavras, fazem referência à predominância da força de trabalho familiar na produção e à indivisibilidade entre as decisões de produção e consumo (COSTA, 1997).

Para algumas propostas o método histórico-dialético torna-se bastante pertinente. Esta concepção marxista trata dos modos de produção, dos seus elementos constitutivos e determinantes, de sua gênese, da transição e da sucessão de um modo de produção a outro. Sua tese é a de que o ser social é determinado pela atividade material e produtiva; e a forma como os homens se relacionam entre si e com a natureza, por meio do trabalho, é o alicerce de toda a organização da sociedade (SANDRONI, 2002).

4 CONCLUSÕES

As discussões conceituais e de método apontaram, portanto, para evidenciar que as diversas propostas de pesquisas pensadas para a Amazônia Tocantina, se, por um momento, vão desvelar aspectos significativos da constituição desta região, como os aspectos econômicos, sociais e da natureza, por exemplo, auxiliando na contextualização de um marco geográfico-histórico do lugar, território das pesquisas, por outro, com a exposição dessas concepções teórico-metodológicas e o debate sobre o desenvolvimento sustentável nestes estudos, fundamentam a necessidade de se definir esta região como espaço peculiar da Amazônia, com características próprias. No caso, não estamos perdendo de vista que esta especificidade da região, principalmente identificável quando se estabelece a relação com outros espaços que também ajudam a constituir a grande região amazônica.

REFERÊNCIAS

- ARAGÓN, LUIZ E. Até onde vai a Amazônia e qual é a sua população? In: _____. *Populações da Pan-Amazônia*. Belém: NAEA, 2005. p. 13-23.
- BERTALANFFY, Ludwig Von. *Teoria Geral dos Sistemas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.
- CAMPOS, I. *Fronteira e campesinato no trópico úmido*. Paper do NAEA, Belém, n. 60, jul. 1996.
- CARVALHO, I. Desenvolvimento sustentável: Da economia à política. In: SOARES, M. C. C. *Dívida externa, desenvolvimento e meio ambiente*. Rio de Janeiro: IBASE, 1992. p. 94-102.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. Plantações, sesmarias e vilas. Uma reflexão sobre a ocupação da Amazônia seiscentista. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/2260>>.
- COSTA, Francisco de Assis. *Ecologismo e questão agrária na Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 1992.
- COSTA, Gilson da Silva. *Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia*. Belém: UFPA/NAEA, 2006.
- COSTA, V. de A. Saúde mental e modernização: Impactos da barragem de Tucuruí sobre os pequenos produtores. *Cadernos do CRES*, n. 133, p. 51-57, 1991.
- FORNARI, E. *Dicionário prático de Ecologia*. São Paulo: Aquariana, 2001.
- GUTIERREZ, Franz Rey; ACOSTA, Luiz Eduardo Muñoz; SALAZAR, Carlos Ariel Cardona. *Perfiles urbanos en la Amazonía: Un enfoque para o desarrollo sostenible*. Bogotá: Instituto Sinchi, 2004.
- HIRAOKA, M. Mudanças nos padrões econômicos de uma população ribeirinha do Estuário do Amazonas. In: MELLO, A. *Povos das águas: realidade e perspectiva na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.
- HURTIENNE, T. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável na Amazônia. In: COELHO, M. C. N. *Estado e políticas públicas na Amazônia: Gestão de Recursos Naturais*. Belém: CEJUP, 2000.
- KNELLER, G. F. Um método de Investigação. In: _____. *A ciência como atividade humana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- MARX, Karl. *O capital: crítica de economia política*. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MÓRAN, E. F. O homem e o ambiente: uma relação complexa. In: _____. *A ecologia humana das populações da Amazônia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.
- REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2001.

ROMEIRO, A. R.; FILHO, S. S. Dinâmica de inovação sob restrição ambiental. In: *Seminário de Economia e Meio Ambiente do Instituto de Economia da UNICAMP*, 1., 1995, Campinas, SP. Anais... Campinas, SP: 1995.

SANDRONI, P. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 2002.

SIMONIAN, L. T. L. Políticas Públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva na Amazônia Brasileira. In: COELHO, M. C. N.; SIMONIAN, L. (Orgs.). *Estado e políticas públicas da Amazônia – Gestão dos recursos naturais*. Belém: NAEA/UFPA, 2000.

THOMPSON, Paul. História e comunidade. In: *A voz do passado: história oral*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992